

Corpo, sexo e gênero: Alguns contributos das teorias antropológicas clássicas às contemporâneas

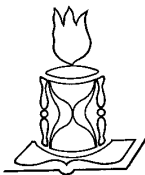
Letícia Yumi Shimoda

Junho de 2013

A partir do debate acerca das noções de gênero e sexo presente nas Ciências Sociais, esse artigo percorrerá brevemente a linha de estudos dessa temática desenvolvida por autores chave, sobretudo os do campo da antropologia. Serão feitas considerações quanto aos estudos clássicos que se referiram a homem e mulher – a noção de gênero ainda ausente na antropologia, desenvolvido por Marcel Mauss acerca do corpo e por Margareth Mead, acerca do temperamento sexual. Ambos buscavam distanciar-se de visões biologizantes e naturalistas que abordam o comportamento de homens e mulheres como consequência direta do sexo biológico. Numa abordagem contemporânea, dentro do debate fundamental da antropologia quanto à dicotomia natureza/cultura, M. Foucault é um autor influente que inspirou estudos posteriores de sexo e gênero ao desconstruir a idéia de cultura como regulatória de um sexo e sexualidade originais e precedentes ao discurso. O autor ainda atenta para o poder, dimensão importante presente no discurso e nos saberes que modelam corpos e regulam sexualidades.

Corpo e diferenças sexuais nas teorias clássicas

Marcel Mauss (1872-1950), um dos antropólogos mais importantes e que pertenceu à Escola Sociológica Francesa, é de grande referência também no campo dos estudos antropológicos sobre o corpo, sobretudo pelo seu ensaio pioneiro no tema: “As Técnicas Corporais” (MAUSS. M, 1975). Escrito em 1935 e publicado em coletânea póstuma em 1950, o autor apresenta-nos o corpo, “o primeiro e mais natural objeto técnico” (p. 407), como algo constituído de três esferas: a biológica, a psicológica e a social, essa última a qual o autor se atém. A esfera social do corpo refere-se ao modo como as culturas, de



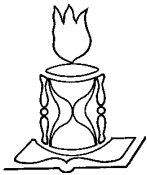
formas específicas em cada uma delas, formam os corpos de modo a desenvolver técnicas corporais a partir do treino de forma lenta e pela repetição. Desse modo, os gestos não são produtos de mecanismos puramente individuais, revelando *idiosincrasias sociais* (p. 404), são inculcados nas crianças desde cedo a partir de uma *imitação prestigiosa*, que se entende como, além da imitação, uma educação que se sobrepõe a ela e a qual todos são submetidos. A *imitação* é feita, tanto pela criança como pelo adulto, dos atos bem sucedidos, de pessoas as quais consideram como de confiança e que têm autoridade sobre elas (p. 405), ou seja, lhes são referências daquilo que devem ser.

Diversas observações feitas pelo autor se deram nos tempos de soldado em guerra, onde são levados a sentir com discrepância as diferentes formas de se portar de um exército em oposição a seus inimigos:

Durante a guerra pude fazer numerosas observações sobre essa especificidade das técnicas. Como a de cavar. As tropas inglesas com as quais eu estava não sabiam servir-se de pás francesas, o que obrigava a substituir 8 mil pás por divisão quando rendíamos uma divisão francesa, e vice-versa. Eis aí, de forma evidente, como uma habilidade manual só se aprende lentamente. Toda técnica propriamente dita tem sua forma. Mas o mesmo vale para toda atitude do corpo. (p. 403)

O autor apresenta exemplos de modos de andar, agachar, urinar, dormir, posições de descanso, etc. Na maior parte das vezes fazemos essas ações irrefletidamente, de modo que se tornam inconscientes os seus processos de ensinamento social pelos quais vamos aprender técnicas para desempenhá-las. Esse princípio, como coloca Neves (2006, p. 52), “se estende à expressão dos sentimentos, como observado em situações ritualísticas quando as atitudes exigidas devem corresponder ao contexto da situação e ocasiões, tais como: festas, velórios, templos, rituais, e assim por diante”. O ensinamento, na grande parte das vezes, não é explícito ou propriamente ordenado, não recebemos lições positivas ou negativas. Quando o trabalho social de incorporação está concretizado, quer dizer, é produzido e reproduzido constantemente já fazendo parte do aparato cognitivo da pessoa, a dimensão sociocultural é naturalizada, vê-se “não a obra humana, mas da natureza”. (CANESQUI e SEPARAVICH, 2010, p. 254). Quer dizer, trata-se de uma aquisição do *habitus* (MAUSS. M, 1975, p. 404), de uma inculcação no corpo, por meio da qual se internalizam e se tornam inconscientes a incorporação de valores, de aparatos simbólicos, de modelos e práticas moldadas segundo estruturas sociais.

Gestos corporais podem ter diferentes leituras em diferentes ocasiões sociais, no entanto dificilmente pode alguém lhes subverter, sem com isso sofrer alguma represália:



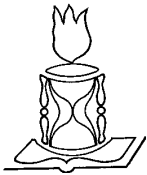
Tudo em nós é imposto. Estou a conferir convosco; vedes isso em minha postura sentada e em minha voz, e me escutais sentados e em silêncio. Temos um conjunto de atitudes permitidas ou não, naturais ou não. Assim atribuiremos valores diferentes ao fato de olhar fixamente: símbolo de cortesia no exército, de descortesia na vida corrente. (p. 408)

Mauss cita uma etnografia que fala da mulher maori e o seu balanceio dos quadris ao caminhar. As mães ensinam suas filhas nessa maneira de andar e as repreendam caso descumpram (p. 405). O próprio autor lembra-se de ouvir de seu professor no ginásio: “Seu animal! Andas o tempo todo com as manoplas abertas!” (p. 404).

Toda técnica é um ato tradicional eficaz, caráter esse necessário sem o qual sua transmissão não ocorreria (p. 407). Distintas técnicas são observadas, não só ao comparar diferentes sociedades, mas dentro de uma mesma sociedade. Há nas sociedades divisões de categoriais sociais, as quais tornam variáveis os modos como as técnicas corporais são ensinadas. Mauss destaca o sexo e a idade como modo de variação e divisão das técnicas em relação à qual todas as classes da sociedade se dividem: “A criança se agacha normalmente. Nós não sabemos mais nos agachar”. “E todos sabem que, ao lançar uma pedra, o arremesso, da mulher é não apenas frouxo, mas sempre diferente do do homem: plano vertical em vez de horizontal”. (p. 409)

Assim, as variações acontecem não só por determinações psico-biológicas, mas também pelas diferentes maneiras de se educar cada categoria social. Apesar de seu grande esforço em tratar das técnicas corporais como socialmente educadas, ressaltando o aspecto cultural, Mauss ainda traz explicações de cunho biológico que, sendo um deslize do autor, correm o risco de parecer como determinantes. Isso aparece no trecho: “O homem fecha o punho com o polegar para fora, a mulher com o polegar para dentro. Talvez porque ela não foi educada para isso, mas estou certo de que, se a educassem, ela teria dificuldades” (p. 409).

Outra forma de classificação das técnicas, organizada pelo autor, é seguindo a “biografia normal de um indivíduo” (p. 412), começando pelas técnicas de nascimento até, com mais aprofundamento, as técnicas da idade adulta. As variações por sexo e gênero continuam evidentes e perpassam por essa forma de classificar as técnicas. Ao se falar do nascimento e da alimentação da criança, diz-se sobre a relação da mulher com o bebê. A posição para dar à luz deitada de costas, como nos é mais familiar, não é mais normal do que a posição em pé, de quatro ou cócoras. Assim como os primeiros tratamentos do bebê, como pegá-lo, o corte do cordão umbilical, também não é óbvio. Nas técnicas da adolescência são discrepantes aquelas ensinadas aos homens, das ensinadas às mulheres.



A fase de iniciação é um grande momento para a educação do corpo. Por exemplo, há sociedades em que não há escolas para as moças, passam a acompanhar suas mães até se tornarem esposas. Enquanto os rapazes, junto à sociedade dos homens, aprendem seus ofícios (p. 413 - 414).

A importância da abordagem de Mauss sobre o corpo é notável pelo contexto em que o ensaio foi produzido no âmbito das teorias antropológicas ou sobre o corpo. As pesquisas que abordaram o corpo inseridas nos estudos da antropologia física ou mesmo as teorias evolucionistas no campo das Ciências Sociais estavam contíguas aos estudos biológicos, como expõe Canesqui e Separavich:

(...) os primeiros estudos, notadamente eugênicos, hierarquizaram os grupos humanos a partir de características físicas, tais como medidas de crânios e ossos, postulando que o “progresso do pensamento” caminhava *pari passu* ao desenvolvimento biológico dos seres humanos. (2010, p. 253)

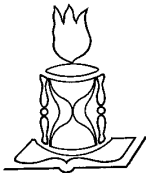
Assim, o ensaio produzido por Mauss, ao reivindicar uma observação do corpo segundo um tríplice ponto de vista: psicológico, biológico e social - sendo este um conjunto indissolúvel, procurava se distanciar daquelas pesquisas em que as explicações utilizavam-se do determinismo biológico, aqui entendido como

(...) o conjunto de teorias segundo as quais a posição ocupada por diferentes grupos nas sociedades — ou comportamentos e variações das habilidades, capacidades, padrões cognitivos e sexualidade humanos derivam de limites ou privilégios inscritos na constituição biológica. (CITELLI, 2001 p. 134)

O corpo, que aparentemente pode ser entendido como de ordem da subjetividade e individualidade, na abordagem de Mauss é ressaltado pelas expressões corporais que revelam o contexto cultural onde se insere o indivíduo (NEVES, 2006), elementos da sociedade assim carregados por ele e inseparáveis dele.

Na obra “Sexo e temperamento” (1999), de Margaret Mead (1901-1978), publicada em 1934, o corpo é considerado sobretudo por se tratar das diferenças sexuais. O objeto de estudo da antropóloga são as relações entre sexos em três sociedades da Nova Guiné, assim o corpo é visto pelo modo como é conduzido, expressando temperamentos e papéis sociais associados às categorias homem/mulher. Mesmo que sem utilizar a conceituação de “gênero” (tradução de “gender”, importado dos EUA¹), apenas posteriormente introduzido nas teorias das Ciências Sociais, a abordagem que a autora busca é das relações sociais das diferenças sexuais e o modo como são construídas. Em suas palavras: “como três

¹ Sobre isso ver também Collin (2009, p. 59), Mathieu (2009, p. 226), Scott (1990).



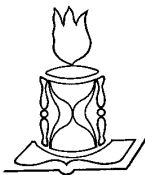
sociedades primitivas (da Nova Guiné) agruparam suas atitudes sociais em relação ao temperamento em torno dos fatos realmente evidentes das diferenças sexuais” (MEAD M., 1999, p. 22). Ao destacar o caráter social dos temperamentos, contrapõe-se então a visões biologizantes e naturalistas, que destacam a existência de relação de causalidade e de consequência imediata entre sexo e comportamento.

A padronização temperamental resumidamente se dá da seguinte forma nas sociedades estudadas por Mead: para os Tchambuli as mulheres são dominadoras e agressivas, enquanto os homens são emocionalmente dependentes; para os Mundugumor tanto os homens quanto as mulheres são violentos e agressivos; já entre os Arapesh, mulheres e homens são ambos dóceis e cooperativos. É de conhecimento dos povos primitivos que papéis diferenciados são socialmente atribuídos para cada sexo (p. ex. a pesca é tarefa feminina para os Mundugumor), basta ver a tribo vizinha para saber que as divisões de tarefas não são feitas da mesma forma. E embora também saibam que os comportamentos temperamentais não são os mesmo entre sua sociedade e a do vizinho, tais temperamentos são ensinados como “naturalmente” masculinos ou femininos (p. 27), quer dizer, considerando que há certo grau de variabilidade entre os indivíduos, a maioria dos adultos carregaram tais traços.

A importância da obra precursora de Margareth Mead no campo dos estudos de gênero se dá porque, ao tecer estudo comparativo entre três sociedades primitivas, em última análise visou mostrar a razão social e cultural do temperamento também na sociedade ocidental moderna. Abre-se espaço para se pensar a possibilidade de padrões sexuais completamente diferenciados, mostrando que aquilo que nós entendemos como comportamentos masculinos e femininos está longe de ser natural ou universal. Mais do que isso, a própria separação entre comportamentos masculinos / femininos não constitui, de modo algum, uma dualidade generalizável para todas as culturas. Como frisa Loyola (1998), segundo Mead:

Nem os Arapesh, nem os Mundugumor estabeleceram qualquer atitude específica para o sexo. Todas as energias da cultura foram dirigidas para a criação de um único tipo humano, independente de classe, idade ou sexo. Não há divisões entre classes etárias em relação às quais se considerem adequados motivos e atitudes morais diferentes. (...) Assim como não há entre eles idéia de grau que declare alguns de posição social elevada e outros baixa, tampouco há idéia de diferença sexífera que proclame a necessidade de um sexo sentir diversamente do outro. (MEAD apud LOYOLA, 1998, p. 23).

No entanto, podemos questionar se a antropóloga não cria uma sistematização



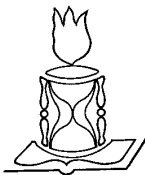
artificial para efetuar comparações entre realidades sociais, conduzindo em seu olhar valores de sua sociedade². Já que em duas das três sociedades por ela analisadas não são feitas distinções de temperamentos de acordo com as diferenças sexuais, pode-se pensar que pouco relevantes são tais diferenças no interior de suas culturas, ainda que a antropóloga afirme observar “temperamento em torno dos fatos realmente evidentes das diferenças sexuais” (MEAD, 1999, p. 22). Talvez essa evidência - já não tão evidente, esteja presente na sociedade da autora, mas não é óbvia naquelas que observa.

Para Loyola (1998, pg. 25), Margareth Mead em “Sexo e Temperamento” passa a maior parte do tempo descrevendo como acontece “a aprendizagem e conformação individual às normas culturais sobre sexo”. Segundo a leitura da autora: “a plasticidade das tendências instintivas é a condição que permite a construção cultural e que a organização humana está baseada em complexas atitudes, construídas através da educação e não em tendências inatas” (p.22). Nesse sentido, a abordagem de Mead - e o mesmo é válido para Mauss - procura exaltar a atuação da cultura sobre uma natureza dada e amorfa dos corpos dos indivíduos. Os indivíduos reproduzem os modelos culturais com pequenas variações, dadas suas fisiologias e psicologias pessoais, porém esses autores não reconhecem nos indivíduos alguma capacidade de agência, de interferir, modificar, constranger, atuar sobre ou subverter tais modelos culturais.

A preocupação desses autores é mostrar o quão diversas podem ser as sociedades humanas, pois diante da natureza dos corpos e das diferenças sexuais, a cultura atua, escolhe, seleciona, faz combinações, “incorporando esta escolha a cada fio da tessitura social” (MEAD, 1999, p. 271). Ambos antropólogos podem ser identificados como “culturalista”, “funcionalistas”, levando em conta leituras críticas posteriores (SCOTT, 1990; MOORE, 1997,) já que suas abordagens estão preocupadas em demonstrar diversidades culturais e os mecanismos pelos quais elas se dão (repetição, educação).

Outra crítica dirigida a esses tratamentos considerou-os como essencialistas, já que existiria nos corpos uma natureza apriorística, que é anterior a construção social (VANCE apud LOYOLA, 1998, MOORE, 1997). Para Henrietta Moore (1997), M. Mead mostrou como há uma variabilidade cultural nas definições de feminilidade e masculinidade, abordagem essa desenvolvida e ampliada nas teorias feministas da década de 70, quando passa-se a utilizar a noção de “gênero” enquanto uma dimensão social construída sobre as diferenças de “sexo”, este da ordem natural:

² Críticas feitas pelo antropólogo Franz Boas nesse sentido são citadas por Loyola (1998, p.22).



A distinção entre sexo biológico e gênero mostrou ser absolutamente crucial para o desenvolvimento da análise feminista nas ciências sociais, porque possibilitou aos eruditos demonstrar que as relações entre mulheres e homens e os significados simbólicos associados às categorias “mulher” e “homem” são socialmente construídos e não podem ser considerados naturais, fixos ou predeterminados. Dados culturais comparados foram particularmente valiosos nesse aspecto, fornecendo a evidência empírica para demonstrar que as diferenças de gênero e as relações de gênero são cultural e historicamente variáveis. (MOORE, 1997, p. 814).

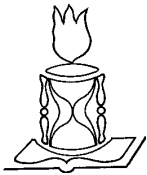
Ainda que os autores, Mauss e Mead, não usem o conceito “gênero” nesses termos, a idéia é a mesma de que haveria seria um sexo natural ou pré-discursivo, por um lado, e um gênero culturalmente construído, por outro. O social apenas organizaria o nível pré-cultural, postulando o gênero de acordo com as diferenças inerentes e evidentes aos corpos sexuados. “Tanto os estudos de Mauss como os de Mead revelaram que, embora possa ser atribuída uma materialidade universal ao corpo, as definições, as disposições corporais e seus significados são múltiplos”, colocam Canesqui e Separavich (2010, p. 251).

Apontamentos a partir das teorias contemporâneas

Mas não basta dizer que os significados atribuídos as matérias estão na ordem do socialmente construído. Essa própria materialidade passa a ser questionada pelos estudos que se seguem em torno do corpo e das teorias de sexo e gênero. A questão que se coloca é se é possível estabelecer tal natureza sexuada em anterioridade ao âmbito social. Moore, em referência a diferentes estudos antropológicos aponta que “algumas culturas não dão ênfase às diferenças biológicas entre mulheres e homens”. Continua: “Isso levou alguns autores a argumentar que a biologia nem mesmo é subjacente às construções de gênero e está longe de determiná-las” (1997, p. 814). Quer dizer, tanto o sexo quanto o gênero são socialmente construídos em relação.

Novas abordagens, hoje identificadas com as correntes pós-modernas, passaram cada vez mais a desconfiar de oposições binárias como natureza/cultura e sexo/gênero. Muitos estudos foram progressivamente desmantelando a idéia que sustentava o lado supostamente natural-biológico do par sexo/gênero. (CITELI, 2001, p. 133).

O colamento entre sexo e gênero, de modo que o gênero seria a expressão social de um sexo da ordem natural foi questionado, ao mesmo tempo em que a própria concepção do que é sexo feminino e masculino na sociedade ocidental se revelaram não como verdades absolutas, mas construídas historicamente. Os estudos neste campo se deram



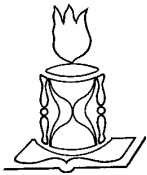
conta de que “as ciências, como qualquer outro empreendimento humano, estão impregnadas pelos valores de seu tempo” (CITELI, 2001, p. 133), de modo que os olhares sobre corpos femininos ou masculinos, partindo de uma ciência biológica ou não, não representariam espelhos de uma natureza.

Michel Foucault (1926-1984) desenvolveu uma linha teórica utilizada como inspiração para muitos autores posteriores no que concerne a discussão de corpo, sexo e sexualidade, atentando para a ordem discursiva de tais categorias (FOUCAULT, 1977). Sua produção desconstrói a idéia de que haveria uma natureza precedente e que serve de base para as construções sociais do corpo, ou de um “temperamento”, nos termos de Mead. Isso porque o sexo e a sua pretensa natureza já são eles mesmos construídos por um discurso, expressão de saberes. Além disso, para Foucault a educação dos corpos está inserida num campo de poder, dimensão não abordada pelos autores da antropologia clássica.

O jogo de oposição natureza / cultura aparece não só como preocupação para esses autores como é um dos pontos quase sempre tratados pelas teorias feministas e de gênero. Para Foucault toda ordem social é construída e mantida a partir de um discurso, discurso esse proferido por um conhecimento, e quem detém o conhecimento utiliza-o como um mecanismo de poder. Quer dizer, esse *saber* forma pessoas, a linguagem médica, por exemplo, incide sobre os corpos e assim se constitui como um *saber-poder*. Um saber-poder sobre os corpos se instalou quando, no final do séc. XVIII, o Estado passa a se interessar pelo controle dos corpos, pelo controle da vida, e não apenas da morte, constituindo o que chama de biopoder. Esse campo de controle se deu pelos registros demográficos, pelo controle da natalidade, pelos censos e pela saúde pública. O biopoder se torna ainda mais efetivo porque estabelece controle sobre os corpos, tanto na sua dimensão individual quanto como massa (FOUCAULT, 2002).

Foucault (1977) discorda de uma hipótese repressiva, que diz ter havido uma supressão da sexualidade no século XVII. Há ao contrário uma proliferação de um falar da sexualidade. Fala-se dentro de setores especializados, que impunham o lugar, com quem, o modo e quando ele deve ser feito. A sexualidade passa para ordem do discurso, tornando-se um saber. Esse discurso é responsável por determinar o que é errado, o que se deve excluir, o que é degenerado, o modelo padrão e o anormal, a partir dele estabelecendo o que é o normal.

(...) levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o “fato discursivo” global,



a “colocação do sexo em discurso”. Daí decorre também o fato de que o ponto importante será saber sob que formas, através de que canais, fluindo através de que discursos o poder consegue chegar às mais tênues e mais individuais das condutas. (FOUCAULT, 1977, p. 16).

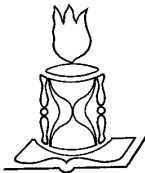
Mas se aqui Foucault fala sobre a sexualidade, o que diria sobre o sexo enquanto corpo? Seria ele algo real e subjacente a sexualidade ideal? Ele não é uma instância autônoma que produz os mecanismos da sexualidade, pelo contrário o sexo é um ponto ideal necessário, constituído pelo mecanismo da sexualidade e que o poder o organiza, em sua materialidade dos corpos, em sua força, prazeres, sensações. Quer dizer, o sexo deriva e está diretamente ligado a sexualidade enquanto discursiva. (p. 145). “O ‘sexo’ é um efeito, mais que uma origem, e que longe de ser uma unidade dada e essencial, é, enquanto categoria, produto de práticas discursivas específicas” (MOORE, 1997, p. 816).

Portanto, não referir uma história da sexualidade à instância do sexo; mostrar, porém, como “o sexo” se encontra na dependência histórica da sexualidade. Não situar o sexo do lado do real e a sexualidade do lado das idéias confusas e ilusões; a sexualidade é uma figura histórica muito real, e foi ela que suscitou, como elemento especulativo necessário ao seu funcionamento, a noção do sexo. Não acreditar que dizendo-se sim ao sexo se está dizendo não ao poder; ao contrário, se está seguindo a linha do dispositivo geral da sexualidade. (FOUCAULT, 1977, p. 147).

É preciso então questionar a obviedade da materialidade das diferenças sexuais, o modo como e porque se dão, as razões pelas quais são construídas como são, como mudam, questiona Scott (1990, p.8), os valores incutidos em torno daquilo que observamos como relevante para encarar ou não diferenças como significativas. Pois por tudo isso perpassa o poder.

Como escreve Laqueur (2001): “o sexo, como o ser humano, é contextual. As tentativas de isolá-lo de seu meio discursivo e determinado socialmente são tão fadadas a erro como [...] os esforços de um antropólogo moderno para filtrar o cultural e deixar um resíduo de humanidade essencial”, e o mesmo ainda acrescenta que “o corpo privado, incluso, estável, que parece existir na base das noções modernas de diferença sexual, é também produto de momentos específicos, históricos e culturais” (LAQUEUR, 2001, p. 27).

Em diálogo com a teoria de Foucault, Judith Butler (2003) afirma que não há diferenças sexuais em si e que por conta de uma matriz heteronormativa supomos uma coerência entre sexo, gênero, desejo e prática sexual. Isso quer dizer que performatividades de gênero masculino, nessa forma heteronormativa de pensar, necessariamente devem estar coladas em corpos masculinos. Ela coloca: “mesmo que sexos pareçam não



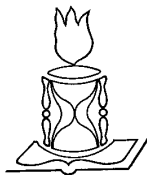
problematicamente binários em sua morfologia e constituição (...), não há razão para supor que gêneros também devam permanecer em número de dois” (BUTLER, 2003, p.24).

Conclusão

Grandes contributos foram trazidos pelos antropólogos clássicos dentro dos estudos do corpo e das diferenças de sexo. Os avanços epistemológicos acerca desses objetos de estudos, trabalhados por Marcel Mauss e Margareth Mead (entre outros, como Nobert Elias, B. Malinowski, Lévi-Strauss), se deu no sentido de se oporem e questionarem estudos evolucionistas no campo das Ciências Sociais, que acabavam por criar uma ordem valorativa e hierarquia dentro e entre culturas, tomando o corpo como medida qualitativa, ou mesmo inferindo consequências sociais de causas biológicas. Ao deixar de se considerar as categorias e papéis sociais como reflexos de uma natureza, relativizando suas posições, não mais são entendidas como imutáveis, que dizer, são amplamente variáveis entre sociedade e passíveis de mudança ao longo da história.

A partir das teorias contemporâneas, questionou-se a qualidade natural do sexo e sua pretensa condição anterior a uma construção social. Isso serviu também para por em questão a própria autoridade atribuída ao discurso científico, já que tornaria explícita a inexistência de uma verdade absoluta, ou melhor, que em toda verdade dita há um saber-poder. Não há assim uma realidade única passível de ser descoberta, revelada e traduzida pelos cientistas. Além disso, Foucault e também Laquer atentam para a dimensão histórica e dos valores incutidos nas descobertas científicas, que refletem no modo como a estrutura social se constrói.

Se foi um avanço nos estudos de sexo e gênero considerar o corpo e as diferenças sexuais como, elas mesmas, socialmente construídos, questionar-se porque, de que forma acontece e os efeitos dessas construções não são menos importantes. Esses estudos procuram, sobretudo, considerar que entre essas diferenças, entre essas construções, relações de poder e dominação não podem ser desconsideradas já que compõem esse processo de construção. Por fim, os estudos contemporâneos, contrapondo-se a antropologia clássica, dão luz à relevância do indivíduo na construção de si (identidade), desvencilhando da cultura a única agente na formação dos indivíduos (MOORE, 2000).



Bibliografia

APFELBAUM, Érica. (2009), *Dominação*. In: HIRATA, Helena et al. (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp.

ARAN, Márcia. (2003), "O Destino da Diferença Sexual na Cultura Contemporânea". *Revista Estudos Feministas*, v.11, 2003. p. 399-422.

BUTLER, Judith. (2003), "Sujeitos do sexo/gênero/desejo". In: _____. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

CITELI, Maria Teresa. (2001), "Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento". *Revista de Estudos Feministas*. vol.9, n.1, pp. 131-145.

CANESQUI, Ana Maria e SEPARAVICH, Marco Antonio. (2010), "Girando a Lente Socioantropológica sobre o Corpo: uma breve reflexão". *Saúde Soc.* São Paulo, v.19, n.2, p.249-25.

COLLIN, Françoise. (2009), "Diferença dos sexos (teorias da)". In: Hirata, Hélène et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp.

FOUCAULT, Michel. (2005), "Aula de 17 de março de 1976", In:_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes. p.285-315.

_____. (1977), *A História da Sexualidade - a vontade de saber, Vol. 1*. Rio de Janeiro, Graal.

LAQUEUR, Thomas. (2001), *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

LOYOLA, Maria Andréa. (1998), "Sexo e Sexualidade na Antropologia". In: M. A. Loyola. (Org.). *A Sexualidade nas Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: EDUERJ.

MATHIEU, Nicole-Claude. (2009), "Sexo e gênero". In: Hirata, Hélène et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp.

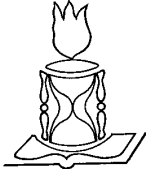
MAUSS, Marcel. (1974), "As Técnicas Corporais" In: _____, *Sociologia e Antropologia*, vol. 2. São Paulo: EPU/EDUSP.

MEAD, M. (1999), *Sexo e temperamento em três sociedades primitivas*. São Paulo: Perspectiva.

MOORE, Henrietta. (1997), "Understanding sex and gender". In: INGOLD, Tim. (org) *Companion Encyclopedia of Anthropology*, London, Routledge.

_____. (2000), "Fantasia de poder e fantasia de identidade: gênero, raça, e violência". IN: PISCITELLI, A.; GREGORI, M.. F. (orgs). *Corporificando gênero. Cadernos PAGU*, n. 14. Campinas: Núcleos de Estudos de Gênero / UNICAMP.

NEVES, Ednalva Maciel. (2006), "Reflexões sobre corpo, gênero e sexualidade: Um esboço antropológico". *Ciências Humanas em Revista - São Luís*, v. 4, número especial. p. 51-60



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH
Departamento de Sociologia
Laboratório Didático - USP ensina Sociologia

RIOT-SARCEY, M. (2009), "Poder(es)". In: Hirata, Hélène et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp.

SCOTT, Joan. (1990), "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22.